

## **Conferência “O poder de fazer acontecer” 20.º aniversário do Jornal de Negócios**

Estufa Fria, Lisboa  
21 de novembro, 9h00

[Como preparado para ser proferido]

---

**Exma. Diretora do Jornal de Negócios, Diana Ramos,**

**Minhas senhoras e meus senhores,**

É com gosto que me junto à celebração do 20.º aniversário do Jornal de Negócios – uma referência do jornalismo português, um ativo tão importante na preservação da nossa democracia.

O Jornal de Negócios convida-nos a pensar sobre o poder de fazer acontecer.

Procurarei responder ao desafio partilhando a minha reflexão sobre a modernização da nossa economia.

Um poder que é ainda mais importante no contexto exigente que atravessamos. Um contexto marcado pela forte incerteza geopolítica, por uma inflação que cede, mas que tem ainda riscos de recrudescimento, pelo abrandamento da economia europeia, e por taxas de juro que prometem permanecer elevadas.

**Perante os desafios, é importante conhecermos e usarmos as nossas forças. A principal das quais reside numa transformação estrutural** gradual, mas efetiva, da economia. Porque é esta transformação que nos dá hoje o poder de fazer acontecer em Portugal.

Nesta transformação há pelo menos cinco dimensões que quero valorizar:

**Em primeiro lugar, a convergência continuada com a União Europeia.**

Ano após ano, Portugal tem crescido acima da média da União Europeia. Este ano, o PIB português deverá crescer 2,2%, ou seja, quase quatro vezes mais do que a média dos nossos parceiros

Olhando para o caminho desde a pandemia, o PIB português está agora quase 5% acima do nível da atividade económica do quarto trimestre de 2019. Ao contrário do que muitos previam, recuperámos mais e mais depressa do que os nossos parceiros: o conjunto da área do euro está 3% acima, por exemplo.

Para 2024 e 2025, apesar do abrandamento económico na Europa, as previsões da Comissão Europeia indicam que o nosso país crescerá novamente acima da média. Isto significa que, na década terminada em 2025, Portugal convergirá com a área do euro em 8 desses 10 anos.

Mais. Com as previsões atuais, em termos de PIB per capita em paridade de poder de compra, entre 2015 e 2023, Portugal aproximou-se de cinco pontos percentuais de França e da Alemanha e sete de Espanha.

Não é possível continuar a dizer que foram anos de sorte ou conquistas ao acaso. Não. Estes são registos continuados, sustentáveis, que mostram que a nossa economia mudou.

**Uma segunda dimensão de transformação estrutural é que Portugal está mais competitivo.**

As nossas exportações valem hoje 50% do PIB. É o reflexo de empresas mais sólidas, mais capazes de conquistar mercado e de acrescentar valor.

E não é apenas o resultado do turismo. O seu contributo é valioso, todos o reconhecemos. Mas a transformação vai muito além.

Vê-se em setores industriais modernos, como a metalomecânica, os moldes e o automóvel, nas máquinas e nos aparelhos elétricos, na indústria farmacêutica. O aumento das exportações das 10 indústrias com desempenho mais relevante entre 2015 e 2022 foi superior a 17 mil milhões de euros – isto corresponde quase ao dobro do crescimento verificado no turismo.

Portugal soube, aliás, posicionar-se como um todo. Não exporta apenas mais. É também mais desejado.

Segundo os dados do EY European Investment Monitor, Portugal é o sexto país mais atrativo para investimento direto estrangeiro. Os investidores encontram no nosso país as condições certas para fazer negócio, trazendo conhecimento, riqueza e desenvolvimento.

No final de 2022, o stock de investimento direto estrangeiro representava 70% do PIB, o que traduz um aumento de 8 pontos percentuais face a 2015. Na média nos países da OCDE o peso do IDE fica-se pelos 51% do PIB.

Outra confirmação da atratividade do país é o saldo migratório: nos últimos seis anos, Portugal registou saldos positivos e ganhou por esta via mais de 322 mil residentes. Nos últimos quatro, os saldos migratórios compensaram mesmo o saldo natural negativo. Hoje a população estrangeira representa já 14% do total da população empregada.

Ou seja, apesar do envelhecimento, a população em Portugal cresceu entre 2018 e 2022.

Também nesta dimensão o país tem mais riqueza, mais diversidade, mais recursos.

Um país com uma população que cresce é um país vivo, que cria mais condições para se desenvolver.

**Meus senhores e minhas senhoras,**

**Além do número de trabalhadores, o nosso país tem também sabido melhorar as suas qualificações. E esta é terceira dimensão que quero realçar.**

Portugal é hoje um país mais qualificado, com um mercado de trabalho mais dinâmico.

Entre 2015 e 2022, a população empregada com ensino secundário ou superior passou de 2,2 milhões para 3,2 milhões. Isto é, há mais um milhão de postos de trabalho de média e alta qualificação.

Esta alteração estrutural aconteceu ao mesmo tempo que o país reforçou o emprego, tendo já ultrapassado a barreira dos cinco milhões de pessoas empregadas, um máximo histórico.

Portugal tem hoje mais um milhão de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social do que em 2015.

Ao mesmo tempo, as remunerações crescem de forma robusta, começando a compensar os efeitos da inflação. As remunerações médias registadas de janeiro a setembro deste ano são 7% mais elevadas do que em igual período.

No setor privado, comparando com 2019, já temos ganhos reais de salário (ou seja, subidas acima da inflação acumulada).

Estes ganhos tiveram especial incidência para quem recebe o salário mínimo, mas não resultam do aumento do seu peso no conjunto da população trabalhadora. O peso dos trabalhadores que auferem a retribuição mínima garantida no conjunto da população empregada está ao nível mais baixo desde 2015.

No setor público, a recuperação do poder de compra também já começou, com os ganhos salariais de 2024 a ficarem acima da inflação. Juntando as várias formas de valorização salarial, o ganho médio total ficará em 5,4%, permitindo recuperar perdas de poder de compra impostas pelo ciclo inflacionista iniciado em 2022.

## **Quarta alteração estrutural: Portugal é um país mais credível em termos financeiros e menos endividado.**

Começamos pela redução do endividamento, que é no fundo um pré-requisito para os ganhos de credibilidade externa.

Nos últimos anos, Estado, empresas e famílias têm diminuído o seu endividamento.

Este ano, a dívida pública ficará abaixo dos 103% do PIB. O Estado português terá assim um peso menor da dívida do que a Grécia, Itália, Espanha, França e Bélgica.

Em 2024, se os planos orçamentais forem cumpridos como previsto, a dívida pública ficará abaixo dos 100% do PIB – um patamar diferenciador.

A dívida privada, tanto de empresas como de famílias também tem recuado. O endividamento das famílias no segundo trimestre de 2023 baixou para menos de 60% do PIB – estava acima de 80% em



2015. O das empresas recuou para 116% do PIB – era de 150% em 2015.

Como país, devemos menos, o que significa que conquistámos todos – empresas, famílias e Estado – mais graus de liberdade. A dívida externa evidencia bem esta mudança: devemos agora o equivalente a 57% do nosso PIB ao exterior, contra mais de 106% em 2015.

A esta desalavancagem somam-se bancos mais capitalizados e com um peso menor de créditos não produtivos. Em junho de 2016, os créditos não produtivos chegaram a pesar quase 18% do total da carteira. Desde então, a trajetória tem sido descendente e hoje as instituições financeiras lidam com valores na casa dos 3% – são seis vezes menos.

Os ganhos de credibilidade externa são evidentes. Ainda na semana passada a Moody's melhorou a notação de risco que atribui à República portuguesa em dois níveis, para A3. Portugal ficou assim melhor do que Espanha pela primeira vez numa avaliação por qualquer agência de rating.

Há já três agências de rating que colocam o nosso país nos patamares A. Tal não acontecia há mais de uma década.

**Quinta e última alteração estrutural que gostava se sublinhar: Portugal tem condições para sustentar esta trajetória positiva.**

Soubemos reagir à pandemia e regressar a saldos orçamentais equilibrados. E as projeções das principais instituições que monitorizam Portugal indicam o mesmo. Ou seja, a dívida pública tem condições para continuar a descer.

O saldo externo está excedentário e as projeções para os próximos anos também apontam o mesmo. Isto quer dizer que temos também condições para continuar a descer a dívida externa.

Acresce que o investimento tem mantido uma performance positiva e que nos próximos anos o impulso do PRR continuará a materializar-se no nosso país. Entre 2023 e 2029, ou seja, em seis anos, teremos quase 47 mil milhões de euros de investimento por esta via.

São todos estes fatores que justificam uma expectativa de crescimento continuada no médio prazo. Só para citar o exemplo

mais recente, a Moody's espera um crescimento médio da economia portuguesa em torno de 2% nos próximos cinco anos.

**Minhas senhoras e meus senhores,**

**Concluo regressando ao início da minha intervenção: são estas alterações estruturais que dão a Portugal o poder de fazer acontecer.**

Porque o país mudou,

porque convergiu com os pares,

porque ganhou competitividade,

porque melhorou as suas qualificações,

porque reduziu o seu endividamento e fortaleceu as suas condições financeiras,

e também porque construiu as condições para prosseguir este caminho.

**É por tudo isto, repito, que Portugal tem o poder para continuar um caminho de desenvolvimento.**

Portugal pode hoje aproveitar a onda de regionalização internacional do pós-pandemia e posicionar-se melhor nas cadeias de valor, expandindo as suas oportunidades.

Portugal pode contrariar o abrandamento externo e responder com medidas orçamentais que suportam o seu crescimento.

E é isso mesmo que está no centro da estratégia orçamental desenhada para 2024: Portugal baixará de forma muito visível o IRS, aliviará a carga fiscal em sede de IRC, aumentará os salários e as prestações sociais, em particular aos que mais precisam.

E Portugal pode investir e dar melhores condições de vida. Portugal pode continuar a construir um futuro melhor.

Muito obrigado.